

# Entre a pausa e o play: a luta pelo reconhecimento dos direitos dos atingidos pela barragem de Fundão, Mariana-MG

Luzia Queiroz (CABF)<sup>1</sup>

Andréa Zhouri (GESTA-UFMG)<sup>2</sup>

Maryellen Milena de Lima (GESTA-UFMG)<sup>3</sup>

É muito difícil falar depois da Célia Xacriabá. Eu me emocionei demais com o que ela disse. Deu vontade de estar lá, ao lado dela, para gritar também. Eu cumprimento a mesa, na pessoa de Andréa (Zhouri), que me convidou para este evento e que praticamente já faz parte de Paracatu porque tem ajudado a gente desde o início e, com isso, é atingida também. Cumprimento a mesa na pessoa de Felisa Anaya. Bom dia, às demais pessoas, companheiros e companheiras de luta. A gente fala que nós somos irmãs na luta porque vamos aprendendo e nos conhecendo ao longo dessa luta que é muito dolorosa. Como a Célia disse, o rio é a mãe de todos. Adorei essa metáfora. Falamos que o nosso rio Gualaxo do Norte está sangrando ainda. Tem uma faca nele e ele continua passando e contaminando a cada chuva que cai. A lama, que é, na verdade, um rejeito tóxico, é carregada em Paracatu de Baixo e continua descendo. O rio fica vermelho, chorando e sangrando porque a lama que fica inerte na seca, acaba sendo revirada na chuva e volta a carrear os rejeitos.

---

1. Autora, membro do CABF – Comissão dos Atingidos pela Barragem de Fundão.

2. Colaboradora, membro do Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais da Universidade Federal de Minas Gerais, GESTA-UFMG.

3. Colaboradora, membro do Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais da Universidade Federal de Minas Gerais, GESTA-UFMG.

Em novembro de 2022 vamos para sete anos da tragédia-crime. É um assassinato da natureza e das pessoas que acaba afetando o planeta como um todo. Podemos dizer que nesses sete anos o que mais aconteceu com a gente foi desconstrução. Um tempo que consumiu as nossas vidas em negociações infundáveis e a construção de diretrizes para a reparação que quase nunca são cumpridas na forma como acordadas. Desde o início, nos dedicamos à reformulação do cadastro de atingidos, que foi o instrumento utilizado para a identificação dos atingidos e de suas perdas. E ele foi a base das diretrizes para as medidas de reparação e de indenizações. Esse processo envolveu a participação de diferentes instituições e grupos sociais. Dele participaram as empresas BHP Billiton, Samarco e Vale, o Ministério Público, a sociedade civil, as universidades (o GESTA-UFMG e o GEPSA-UFOP, principalmente), a Assessoria Técnica, instituída para suporte aos atingidos (em Mariana, a Cáritas Brasileira), a Comissão dos Atingidos pela Barragem de Fundão e os próprios atingidos.

**Figura 1:** Cartografia de Paracatu de Baixo



Fonte: Gesta-UFMG, 2017.

**Figura 2:** Audiência na promotoria de Mariana, 2018



Fonte: Jornal A Sirene - foto de Wandeir Campos.

Além da reformulação do cadastro, enquanto coletivo de atingidos, fizemos também muitas outras ações e manifestações para sermos ouvidos, lutando pelos nossos direitos em vários espaços, seja nas portas da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, seja nas audiências do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais e até mesmo fora do Brasil. Estivemos na sessão da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, no Chile, e na Corte jurídica britânica, em Londres, sempre como um coletivo. Foi assim que conseguimos avançar e incomodar os poderosos. A fala é a única arma que temos. Falamos nos espaços das universidades, nas manifestações públicas, na Assembleia Legislativa de Minas Gerais, nas audiências judiciais e extrajudiciais, nas *lives* durante a pandemia, e em muitos outros fóruns, com ou sem a presença de representantes das empresas.

**Figura 3:** IV Ciclo de Debates Gesta - UFMG



Fonte: Acervo Gesta, maio de 2019.

**Figura 4:** Bloqueio mantido - TJ/MG



Fonte: Francieli Oliveira. Fonte: Jornal A Sirene, 2017.

**Figura 5:** Manifestação em frente ao fórum de Mariana



Fonte: Larissa Helena. Fonte: Jornal A Sirene, julho de 2018.

## Sobre a reformulação: Cadastro de Atingidos e aprendizados

A tecnologia falhou quando não souberam controlar o rompimento da barragem. Apresentaram-nos um cadastro de atingidos que continha um formulário composto por questões totalmente alheias ao nosso modo de vida e ao contexto de Mariana e região. Parecia ser um instrumento compilado a partir de catástrofes ocorridas em outros lugares, em outros contextos diferentes do nosso. Queriam aplicar aquilo aos atingidos de Mariana. Quando percebemos que esse instrumento cadastral não se identificava com a nossa realidade, não o aceitamos e pedimos sua reformulação em audiência. Finalmente, quando a reformulação da metodologia do cadastro foi decidida na Comarca de Mariana, nos engajamos nela.

Foram seis meses de debates, correções, complementações e conquistas em audiências, com participação de atingidos, além de muitas mobilizações. Essa experiência foi como colocar a gente numa sala de aula sem professor. As empresas foram simplesmente ouvindo os comentários, as palavras e, depois de capacitados, passaram a usar todo aquele aprendizado contra nós, os atingidos, porque nós revelamos muitos aspectos sobre nossos modos de vida, sobre a nossa existência, história e forma de viver.

A Renova se apropriou desse conhecimento e construiu 42 programas de reparação e compensação que foram apresentados no âmbito do ТТАС (Termo de Transação e Ajustamento de Conduta assinado em 2016) e ratificados pelo ТАС Governança (Termo de Ajustamento de Conduta de 2018), programas que hoje servem, na verdade, para podar os nossos direitos e validar as ações da Renova.

Foi dedicado muito tempo a essa reformulação do cadastro e eles nem reconhecem esse conhecimento e as horas de trabalho que empregamos para eles, de forma gratuita. Inclusive, esse trabalho serviu também para que as empresas aplicassem essa metodologia para todos, de maneira unificada, de Mariana até a foz, no Espírito Santo, onde a lama passou e até mesmo em Brumadinho, onde essa lama não chegou, porque em Brumadinho eles já tinham tido a experiência do desastre em Mariana. Costumo dizer que foram usados os “anticorpos da doença da Lama da Barragem de Fundão” em Brumadinho, pois no desastre de lá, várias coisas não foram validadas. Então, Mariana foi uma espécie de rascunho, que pegou muita gente de surpresa. Ninguém estava preparado para o que ocorreu em Mariana.

As empresas e o Estado simplesmente tiveram que ir caminhando com a gente, eles foram aprendendo conosco. Ninguém podia esperar o que aconteceu e, nessa caminhada, fomos conquistando diretrizes e ações que foram sendo

homologadas em audiências. Então, a gente tem uma espécie de cartilha, que a gente pode usar e mostrar como foi construída com advogados e com as empresas, elaborada a várias mãos. Com isso, nós estamos seguindo dentro de uma norma construída com todos. Nós, atingidos e atingidas, tivemos o apoio das universidades, da sociedade civil, da promotoria e, nas interações, foram envolvidos também os governos, as empresas e até, indiretamente, os acionistas das empresas.

Acreditamos que as empresas levavam ao conhecimento dos seus acionistas mais mentiras do que verdades, porque tivemos uma reunião com um grupo de acionistas recentemente e percebemos que eles não estavam sabendo de quase nada. Então, o que é passado para eles é que aqui está tudo às mil maravilhas, mas não é isso que ocorre na realidade.

**Figura 6:** Oficina de Cartografia de Paracatu de Baixo



Fonte: Gesta-UFMG, 2017.

## Acordos não cumpridos

As empresas não cumprem os acordos<sup>4</sup>. Na reconstrução das comunidades de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo, na zona rural, e até em Gesteira, no município de Barra Longa, a gente é colocado em assembleias e participa de chamadas individuais onde falam: “você têm direito a isso, você têm direito àquilo”. Mas na hora da verdade, ela não aparece e a gente sofre retaliação. Por exemplo, à medida que o tempo foi passando, fomos conquistando certa isonomia para todas as demandas e ações de reparação, voltadas para os atingidos de todas as comunidades. Mas, acontece que quem tem o entendimento, aquelas pessoas que sabem falar e se expressar, elas conseguem reivindicar o direito e buscar aquela conquista, mas nem todos têm essa condição. Então, descobrimos que o processo era desigual, que na prática não tinha isonomia. As empresas simplesmente passam por cima das normas e dos poderes das instituições. Falamos que estão passando por cima das leis porque foram acordos que a gente conseguiu firmar<sup>5</sup>, acreditando que a justiça era maior para gente. Além de tudo, há um problema gravíssimo que diz respeito à água<sup>6</sup>, conforme debatido neste evento.

## Problemas nos reassentamentos: a água

Para os mineradores, o que interessa é a existência e a localização da água. Eles querem o controle sobre o acesso à água para usá-la de alguma forma na mineração. Por exemplo, há várias tubulações que passam pelo nosso território com a justificativa de serem necessárias para alguma coisa<sup>7</sup>. Mas a gente acredita que a

---

4. Como por exemplo, os constantes adiamentos dos prazos para a conclusão dos reassentamentos. O primeiro prazo estipulado para a conclusão do reassentamento de Paracatu de Baixo foi para março de 2019, porém, mediante aos sucessivos atrasos, houve a prorrogação para agosto de 2020. Uma nova decisão judicial determinou a extensão do prazo para fevereiro de 2021 sob multa diária de 1 milhão de reais em caso de atraso. Entretanto, mais uma vez o prazo não foi cumprido e a multa também não foi aplicada.

5. Ao longo dos anos, os atingidos enfrentam um violento processo de negociação que culminou em algumas conquistas no âmbito da homologação de direitos, como é o caso das *Diretrizes de Reparação do Direito à Moradia*. Foram negociadas e homologadas em juízo 83 diretrizes que estabelecem o direito ao acesso ao reassentamento e orientações que visam à restituição dos modos de vida das famílias atingidas.

6. Nos reassentamentos de Paracatu de Baixo e Bento Rodrigues, permeia entre os atingidos a insegurança quanto à disponibilidade de água bruta para os usos tradicionais, como a lida com as plantações e as criações, e também a responsabilidade com os custos de manutenção e tratamento da água potável (Oliveira *et al.*, 2020).

7. O complexo minerário Mina Alegria, pertencente à mineradora Samarco, é formado por uma cadeia de produção e logística que envolve minas, usinas de beneficiamento, além de minerodutos e terminal portuário. Com aproximadamente 400 quilômetros de extensão, os três minerodutos, pertencentes ao complexo, escoam a produção de minério do município de Mariana/MG até o estado do Espírito Santo.

água está indo embora debaixo do solo e que ela leva os minerais até o porto, em algum lugar em São Paulo. Então, o que a gente não entende é o seguinte: se eles têm capacidade para levar a água de Mariana até algum lugar no litoral, por que eles não podem levar a água para os atingidos nos reassentamentos?

As comunidades de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo foram reassentadas no topo dos morros, longe do rio e, ao contrário do que nos diziam, não existe, nesses terrenos, uma quantidade de nascentes suficiente para o abastecimento. Hoje já está comprovado que o fornecimento de água terá um prazo de validade limitado. Então, depois desse período, os reassentamentos correm o risco de se tornarem verdadeiros fantasmas, sem abastecimento de água. Os reassentamentos podem ter uma aparência bonita, de lugar moderno e bem estruturado. Vende-se a ideia de que o atingido está entrando para casas belíssimas! Na aparência isso pode enganar qualquer pessoa. Mas, nós, que vamos morar lá dentro, já sabemos que no futuro a gente terá que lutar por causa da ausência de água.

Quando a gente olha a nossa comunidade de origem, vemos que tem muita água jorrando por lá. Porém, dizem que não podemos ser abastecidos por aquela água. Mas nós conquistamos o direito de restituição das nossas moradias sem a permuta e queremos aproveitar aquela água. Sabemos que contra o poder a gente terá que lutar muito mesmo, fazer muita resistência para não tomarem de nós um território, cuja devolução a gente conquistou. Lutamos pela devolução dos terrenos das nossas casas que eles destruíram e eles terão que nos devolver melhor do que era, porque aquelas terras de origem ainda são nossas<sup>8</sup>.

A água bruta que temos no território é uma água que vem de lençol freático. Foi feito um estudo para mapear quem morava em Paracatu de Baixo e foi para o reassentamento, mas o número de pessoas não é o mesmo que tinha na terra de origem<sup>9</sup>. Lá viviam mais pessoas. A amostra que está indo para reassentamento é uma amostra pequena. Então fizeram uma amostra pequena de famílias, pela proporção de tempos, de estimativa e dos lugares em que tinham água. Só que, os lugares onde eles apontaram a existência da água, não tem água. Então fizeram uma contagem de nascentes que está errada e não bate com a nossa

---

8. Em outubro de 2017, os atingidos de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo conquistaram uma decisão judicial que estabeleceu a restituição da moradia sem a necessidade da permuta dos territórios afetados, conforme havia sido estabelecido no acordo denominado ТТАС (Termo de Transação e Ajustamento de Conduta).

9. Em setembro de 2016, os moradores de Paracatu de Baixo optaram pelo terreno conhecido como “Lucila” para a reconstrução da comunidade. Entretanto, com a chegada da Assessoria Técnica, representada pela Cáritas Brasileira, foi diagnosticada a necessidade de ampliação da área, pois a Samarco estava considerando apenas proprietários de terrenos menores e excluindo os moradores que foram classificados pela empresa como “sitiantes”.



contagem. Quando a gente for para o reassentamento, aquela água que foi usada na construção das casas já está sendo usada.

A água potável terá que ser usada para outros fins, para lavar chiqueiro, para irrigar roça, para lavar os terreiros e toda a limpeza e manutenção da casa. A gente receia que no primeiro ano de reassentado, pelo menos, poderá ter muitos visitantes. Então essas pessoas também consumirão essa água. Como consequência, o consumo da água será superior e a água não será suficiente. A Renova nega trazer a água do Paracatu de origem para o reassentamento, que não fica muito longe e não custaria para eles, o que seria muito fácil, porque quando estava na execução do projeto, a gente sinalizou o tempo inteiro para eles trazerem a água de Paracatu de Baixo. A origem dessa água é pouca, tem que pôr uma água bruta para os usos tradicionais, como cultivos e criações, e colocar uma água potável, só para consumo humano. Essa contagem não foi feita<sup>10</sup>.

A conta deles está errada e eles tem que repensar isso. A gente acredita até que, se a Samarco continuar minerando, a gente é a pedra no sapato dela. Ela quer tirar a gente de qualquer maneira, não está preocupada com a gente não. Ela está preocupada em nos retirar do caminho dela. Então, se ela vai continuar minerando e nos prejudicando, e se Mariana precisa da mineração para sobreviver, então ela que arque com o abastecimento da água de forma vitalícia para Paracatu, enquanto Paracatu existir. Não só Paracatu, mas todas as comunidades que foram destruídas. E que tirem aquela lama de lá (de Paracatu de Baixo), porque a chuva já vai tirá-la gradualmente mesmo e vai poluir ainda mais o rio, e vai matando lentamente. Se a chuva já vai levar a lama para o rio, a gente vai fazer o quê? Eles têm que tirar a lama ou mudar o curso do rio. A gente quer a resolução porque a gente quer sobreviver; a gente quer voltar para a nossa terra e a gente quer ter o bem viver; porque a gente vai para um reassentamento começando do zero, do zero em trabalho, do zero em árvores, do zero em vizinhos, do zero em se adaptar à nova realidade e do zero em tudo. Se bobear, zero de família e de amigos.

---

10. Inicialmente, as análises de disponibilidade de água foram centradas no consumo humano, desconsiderando que os modos de vida das comunidades afetadas são pautados pela agricultura familiar camponesa.

## Vida na cidade, volta para território: adoecimento

Muitos atingidos voltaram para o território porque não aguentaram viver na cidade<sup>11</sup>, nas casas alugadas pela Fundação Renova. Eles dizem que, para ficar na cidade, do jeito que estão, preferem morrer na terra devastada. Lá, eles continuam cultivando e criando o gado, pescando no rio. Eles continuam sobrevivendo e vivendo mais felizes ali, mesmo sabendo que é perigoso porque esses territórios, nas comunidades de origem, foram mapeados e identificados como área de risco. Não podemos reconstruir as nossas casas e voltar para o nosso lugar de origem, mas ao longo do rio a vida continua, há pessoas pescando e cultivando. O gado se alimenta daquelas plantações, as pessoas estão bebendo daquela água, continuam comendo aquele peixe e se alimentando dos cultivos ao longo do rio porque a irrigação do solo é feita de poço artesiano. Antes não era.

Então há muito adoecimento. A gente fica imaginando uma família morando ali, comendo o ovo e a própria galinha, se alimentando com a carne do boi, tomando o leite, comendo a broa e as quitandas. E daí vem a preocupação: “Qual a porcentagem de ferro e metais pesados que essas pessoas têm no organismo?” Já foi feita pesquisa que comprovou a existência de metais e químicos no solo. Então, esses metais consumidos e acumulados diariamente, o que podem fazer com o ser humano?

Os efeitos para os animais já são visíveis. As empresas não mostram o que está acontecendo com o gado. Mas tem gado abortando, tem gado morrendo e, agora com a seca, muitas árvores estão deixando de existir nos territórios atingidos pelos rejeitos minerários. Eles fizeram um plano de manejo, semearam algumas gramíneas nas margens do rio e querem provar que o rio já está seguro, bonitinho, tudo verdinho. Mas no território, as plantas que plantaram não são naturais da região. O cultivo de plantas de laboratório aceita essa forma de água contaminada e poluída. Essas plantas sobrevivem e resistem nessas áreas, mas as ruínas ainda estão nos territórios e quem vier até a nossa comunidade consegue ver a altura da lama nas árvores. As marcas ainda estão lá.

As pessoas estão morrendo, as crianças continuam nascendo, as pessoas continuam casando e estão tendo dificuldade enorme para voltarem para o território<sup>12</sup>. Tem problemas de burocracia com herança e inventário. Quando a

---

11. Em Paracatu de Baixo, a avalanche de rejeitos minerários destruiu as casas e estruturas existentes na porção mais baixa do território. Com isso, alguns poucos moradores, que não tiveram sua casa destruída, permaneceram no território, porém sobrevivem na situação de *deslocamento in situ* (Teixeira *et al.*, 2021), ou seja, a completa descaracterização das suas condições de vida.

12. Como é o caso dos novos núcleos familiares que se constituíram após a tragédia. Mesmo que tenha sido garantido em juízo o direito ao reassentamento dos novos núcleos, a Fundação Renova vem negando esse

tragédia aconteceu, tinha atingido que não morava na propriedade, mas se reunia sempre com os pais. São os herdeiros ausentes. Tinha até mesmo a situação daqueles que residiam uma parte do tempo com os pais. Com a destruição das propriedades, a Renova colocou nas mãos dos herdeiros a decisão sobre quem morava ali, se o membro da família teria ou não a sua moradia de volta.

Aqueles que residiam parcialmente na cidade de Mariana porque trabalhavam durante a semana lá<sup>13</sup>, por exemplo, ficaram sem o direito de voltar para o reassentamento e ter a sua residência ali. Parte da família não vai para o reassentamento pela limitação do tamanho do lote, tendo que seguir um plano diretor<sup>14</sup>. Então, tem família indo para o reassentamento de uma forma totalmente diferente daquela de como viviam no lugar de origem. O sistema na roça é diferente do sistema aplicado no reassentamento. O costume em relação à distribuição da herança é outro<sup>15</sup>. O pai herda a propriedade e permite que o filho construa sua casa no terreno, usando o entorno da sua casa, onde ele pode plantar, ter o jardim e o pomar.

Morava todo mundo no território e sobrevivia de tudo que estava ali, como em Paracatu de Baixo e nas outras comunidades. Usava-se muito a troca de cultivos, porque as hortas são diversificadas, ou seja, não é que eu vou plantar tudo na minha casa que eu vou comer aquilo tudo. Hoje eu ouço muitos comentários sobre o fim desse modo de existência. Se vivia bem, vivia feliz, vivia rico. Agora veio para a cidade e a cidade é o que? As pessoas vivem do auxílio emergencial, moram numa casa alugada, sem poder mexer nessa casa porque ela é de outras pessoas. Muitos atingidos não têm horta para plantar, não têm nem um vaso de flor. Em algumas casas, eu até já vi alface e cebolinha plantada em garrafa pet. Os supermercados e o comércio em geral são caros.

O custo de se viver na cidade é muito caro e doentio porque agora as pessoas estão também tomando remédios de farmácia. Parte do dinheiro que recebem fica na farmácia. Há um receituário inteiro de remédios para comprar porque a família toda está doente. Antes, o pai ficava na roça e os filhos traziam tudo que precisavam de lá. Colhiam as frutas, os legumes, produziam até a carne e o ovo. Então a família não tinha muitos custos na cidade. Hoje o pai está na cidade, a

---

direito. Além da morosidade da análise do pleito da nova família, a negativa é justificada pela inelegibilidade ao direito, porém não são revelados os critérios de análise que subsidiaram a decisão. (LIMA, 2022)

13. Esses casos foram classificados pelas empresas mineradoras como “Dupla Moradia”.

14. Dispositivos complementares ao plano diretor de Mariana foram criados para enquadrar o reassentamento nas legislações de uso e ocupação do solo no município. O Plano Diretor e o Incra delimitam requisitos legais de parcelamento mínimo.

15. Nos territórios afetados era comum os filhos se casarem e construírem suas casas no terreno da família, sem que houvesse a partilha formal da terra. Assim, a comunidade se configurava no que Almeida (2009) identificou como sendo “terra de herança” que está indivisa.

família frequenta a casa do pai, que não está dando conta de sobreviver sem o complemento que tinha na origem porque tem que comprar tudo. A vida na cidade é muito cara e o auxílio emergencial é muito pouco. Eles tinham que tomar vergonha na cara e aumentar esse auxílio comparado ao modo de como se vivia na roça. É triste ver o desespero das famílias, cujos filhos estão desempregados e não têm condições de pagar o aluguel. E o pai não vai deixar filhos jogados à sorte, não é?

Então, a saúde nossa está abalada, mas acho que ainda não na capacidade máxima. Acho que afetação é a palavra, não é? Porque quando a gente chegar lá no reassentamento é que nós vamos saber o que é sofrer. Não tem trabalho porque a gente vivia do trabalho rústico, que eram as plantações de milho, café, canavial. Era o eucalipto e o bater pasto para o gado. As pessoas pescavam no rio para completar a alimentação. Lá no reassentamento as mudas de árvores que eles prometeram para nós tem no máximo 2 metros de altura. Eu falei: “gente, os pés de jabuticaba, manga centenária...” Podia tirar da mata tudo para sobreviver e construir. Estava lá e você podia fazer o seu telhado e a sua casa.

É um absurdo quando falam que não tem paisagismo para as famílias, só tem grama. Não tem canteiro de folha para chá, canteiro de flores, arbustos ornamentais. Querem transformar tudo em pecúnia<sup>16</sup>. Se tem problema com a água, de forma esperta eles oferecem pagar pelo chiqueiro, pelo curral e induzem a família a aceitar aquele dinheiro para ela poder fazer do jeito dela.

## Sobre as tradições e festas na comunidade

Meu tempo está acabando e eu queria ter falado sobre outros assuntos, como as tradições e as festas. Temos várias tradições culturais, como por exemplo, a Festa de Santo Antônio, – o padroeiro de Paracatu de Baixo – a Festa de Nossa Senhora Aparecida, a Festa do Menino Jesus. Todos estes festejos seguem uma tradição: tem a novena; a procissão da bandeira e do mastro com queima de fogos e retreta musical; show que a prefeitura apoia; festival de campeonato de futebol;

---

16. Foi definido em diretriz de reassentamento que as empresas deverão compensar em pecúnia, pagamento em terra, ou melhorias nos terrenos e/ou edificações, nos casos em que os terrenos não ofereçam a mesma condição ou de forma melhorada da anterior, o que também inclui a indisponibilidade da água bruta e aptidão agrícola. Entretanto, em muitos casos, a Fundação Renova impõe pagamento em pecúnia, e define o valor sem revelar a forma ao qual chegou a tais cálculos. São recorrentes os casos de imóveis com dimensões e/ou características inferiores às antigas propriedades atingidas pela lama, além de terrenos com metragens menores e maior declividade. Essa situação compromete a segurança alimentar e a renda das famílias no futuro reassentamento (Lima, 2022).

fartura da comida gratuita, que é ofertada após a missa e a procissão; e tem a festa de Nossa Senhora Aparecida, quando é feita a carreata que percorre os distritos. Mesmo após a tragédia, não se deixou de praticar as manifestações culturais, conquista da comunidade, mas as festas não voltaram mais na integridade.

No dia 17 de setembro teremos a festa do Menino Jesus. Sempre fazemos com muito esforço, a duras penas, mas a gente vai tentar fazer essa festa mesmo na marra. Porque a Renova não tem cumprido com o acordo para a manutenção do Paracatu, nosso território de origem. O assoreamento do córrego está muito grande e pode comprometer a nossa festa. A Renova tem que cuidar das nossas terras porque foram eles, através das mineradoras, que nos botaram para fora. Acredito que em todos os territórios onde teve rompimento de barragem, ou ameaça de rompimento, isso gerou um adoecimento muito grande para as pessoas. É isso o que acontece na nossa região.

**Figura 7:** Folia de Reis, Festa de Santo Antônio. Paracatu de Baixo, junho de 2017



Fonte: Acervo GESTA.

**Figura 8:** Procissão da Festa de Santo Antônio. Paracatu de Baixo, junho de 2017



Fonte: Acervo GESTA.

## **A luta para sair do estado de pausa e retomar o controle da vida**

Estamos cobrando o uso do nosso tempo, pois o tempo da empresa está sendo pago a milhões. Nós esperávamos que a luta fosse durar uns dois anos, pois se tratava de empresa renomada e diziam que o dinheiro não era problema. Achávamos que se tinha dinheiro, um reassentamento levaria no máximo dois anos e que isso não seria tanto tempo. Então, a gente espera que um dia eles olhem para a gente e vejam o tempo que ficamos parados em luta, para a conquista do reassentamento. Porque a gente não ativa o play. A gente está na pausa da vida e não consegue ativar o *play* até hoje<sup>17</sup>.

Esse controle está com as empresas. Estamos esperando o reassentamento para ver o que sobrou da nossa vida e se a gente vai continuar de onde parou ou se vai refazer nova rota. Vamos aprender a fazer nova rota. A mídia - não posso deixar de falar de jeito nenhum - a mídia é a parte que mais acaba com a gente. Ela mostra

---

<sup>17</sup>. Paralelo feito com o controle remoto da televisão.

**Figura 9:** 6 anos de Desastre: roda de conversa com GESTA e atingidos pela baragem de Fundão, 2021



Fonte: 11 Jornada de Direitos Humanos da UFMG. Disponível em: <https://www.youtube.com/live/HJ--zbxm7ic?feature=share>.

inverdades demais. Nós já entendemos que as empresas têm dinheiro para a comunicação na Rede Globo, no horário nobre, agora Instagram e Facebook. Que deixem a gente falar da nossa forma porque quando a gente quer colocar alguma coisa na mídia, parece que tem objeção do lado de lá. Então, a gente entende um pouco do jogo de poder. Que eles paguem uma plataforma digital para gente falar o que quiser sem sermos vetados, sem sermos cortados. Os espaços que a gente tem são esses aqui. Graças a Deus que nos chamam e a gente ainda pode falar! Porque muita gente assiste e depois faz comentários. Então, eu agradeço por esta oportunidade.

E agradeço o apoio das universidades e ainda peço para continuarem a estudar a nossa história, as nossas origens. Porque eu acredito que nossa terra foi povoada por indígenas e escravos. Ali pode ter sido algo como quilombola porque tinha grandes fazendas em Paracatu de Cima. Seria importante reunir essa história, documentar e colocar numa plataforma. A gente poderia entrar nessa plataforma e adicionar fotografias que nós temos da Paracatu antes da destruição, vídeos e filmagens porque eles querem apagar essa memória. E as pessoas morrendo é uma forma de acabar com essa história. Muitos têm vergonha do que passou e não querem que ninguém saiba que aquilo aconteceu, mas eu entendo que a história tem que ser contada e colocada em todas as bibliotecas, principalmente nas universidades onde tem o curso de mineração, para contar a forma irresponsável de como tudo aconteceu.

**Figura 10:** Mapeamento no âmbito do trabalho da Cartografia Social



Fonte: Gesta-UFMG, 2017.

Enquanto eu viver eu vou falar sobre isso onde eu tiver espaço. Eu vou continuar falando porque eu posso dizer que acabaram com a minha vida, com a vida da minha família, com a vida do meu filho e que isso não pode acabar e ficar por aí não. Isso tem que ser divulgado sim. Se depender de mim, isso não vai silenciar nunca. Então eu vou ser uma pedra, uma pedrinha bem pequenininha no pé deles, mas eu sou uma pedrinha enquanto eu tiver viva, puder falar e escrever. Eu agradeço a oportunidade de falar e de ouvir também falas maravilhosas das companheiras de luta.

## Referências

- ALMEIDA, A. W. B. Terras de Preto, Terras de Santo, Terras de Índio: uso comum e conflito. In: GODOI, E. P.; MENESES, M. A.; MARIN, R. A. (org.). *Diversidade do Campesinato: expressões e categorias*. São Paulo: Ed. Unesp. V. 2, 2009.
- LIMA, M. M. *A reconstrução da vida interrompida pelo desastre do rio Doce: o processo de reassentamento da comunidade de Paracatu de Baixo, Mariana/MG*. 2022. Dissertação (Mestrado em Sociedade, Ambiente e Território) – Programa



de Pós-Graduação Interinstitucional em Sociedade, Ambiente e Território, Unimontes; Ueng, 2022. Disponível em: <https://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/wp-content/uploads/2023/02/DISSERTA%C3%87%C3%83O-A-RECONSTRU%C3%87%C3%83O-DA-VIDA-INTERROMPIDA-PELO-DESASTRE-NO-RIO-DOCE.pdf>. Acesso em: 21 maio 2023.

OLIVEIRA, R. ZHOURI, A., MILENA, M. e LOPO, R. Normas Técnicas, cálculos (in)críveis e a incerteza irredutível: equivalências e suficiências contestadas na reparação de um desastre. In: Horácio Antunes e Raquel Rigotto (org.). *Ninguém bebe minério*. Águas e povos *versus* mineração. Rio de Janeiro: ed. 7 letras, 2020. Disponível em: <https://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/wp-content/uploads/2022/04/Ningu%C3%A9m-bebe-min%C3%A9rio.pdf>. Acesso em: 21 maio 2023.

TEIXEIRA, R.; ZHOURI, A; MOTTA, L. Os estudos de impacto ambiental e a economia de visibilidades do desenvolvimento. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 36, n. 105, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/cx94xtk5Hft6cws8psvsx-c/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 2 maio 2023.